

Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais
e práticas educativas



Joaquim dos Santos
Jessica Correia Duarte Nuvens
Antônio Carlos Dias de Oliveira
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2021

Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais
e práticas educativas



Joaquim dos Santos
Jessica Correia Duarte Nuvens
Antônio Carlos Dias de Oliveira
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Cultura, gênero e sexualidade: sujeitos, processos sociais e práticas educativas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Joaquim dos Santos
Jéssica Correia Duarte Nuvens
Antonio Carlos Dias de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C968 Cultura, gênero e sexualidade: sujeitos, processos sociais e práticas educativas / Organizadores Joaquim dos Santos, Jéssica Correia Duarte Nuvens, Antonio Carlos Dias de Oliveira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-772-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.724211412>

1. Cultura. I. Santos, Joaquim dos (Organizador). II. Nuvens, Jéssica Correia Duarte (Organizadora). III. Oliveira, Antonio Carlos Dias de (Organizador). IV. Título.

CDD 306

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Este e-book é resultado das pesquisas produzidas por diferentes estudiosos, de várias áreas do conhecimento e de diversas regiões do Brasil. Com a mesma relevância, o livro conta com capítulos assinados por investigadores estrangeiros, cujas análises são significativas para o rompimento de fronteiras espaciais e culturais a respeito do tripé que sustenta esta obra, pois as relações dialógicas entre diferentes saberes e sujeitos produtores de conhecimento científico são essenciais para o fortalecimento do debate e sua apropriação política, cultural, social, a fim de promover transformações sociais.

Os textos reunidos trazem à baila a compreensão do debate indissociável entre gênero, raça, classe e sexualidade. Esses marcadores sociais da diferença são postos estando imersos na(s) cultura(s), em seu amplo sentido: como modos de ser e viver o mundo. Como um mosaico constituído e marcado pelas diferenças, o livro agrega trabalhos de História, Educação, Direito, Psicologia, Economia, Linguística, Educação Física e Enfermagem. Isso reforça o caráter interdisciplinar e transdisciplinar desse debate.

Nessa trilha, há pesquisas sobre as desigualdades de gênero nas teorias de justiça; (in)visibilidade de gênero nos planos municipais de educação; sexualidades na pré-adolescência; construção das masculinidades e sofrimento psíquico; escritas de si de um professor negro; trajetórias de vidas de pais adolescentes; violência contra as mulheres e os mecanismos contra homens violentos; violência doméstica; gênero e políticas públicas de saúde; crime de importunação sexual; feminicídio e construção de santidade feminina; bonecas negras e processos de empoderamento; relações de gênero no mercado de trabalho; e transexualidade e esporte.

Desejamos que esses escritos sejam lidos e apropriados nos diferentes processos de lutas políticas, econômicas, sociais e culturais. Com a mesma relevância, almejamos que eles sejam pontes de comunicação para a formação de consciência crítica no tocante à equidade de gênero na contemporaneidade, bem como concernente ao enfrentamento das diversas formas de violências vividas por sujeitos considerados integrantes das “minorias” sociais.

Joaquim dos Santos
Jéssica Correia Duarte Nuvens
Antonio Carlos Dias de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS DA ANTIGUIDADE À IDADE MÉDIA E SUA EXCLUSÃO DO CONTRATO SOCIAL: AS DESIGUALDADES DE GÊNERO COMO OBJETO DAS MODERNAS TEORIAS DE JUSTIÇA

Katarina Karol Brazil de Melo Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114121>

CAPÍTULO 2..... 15

O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL E A POPULARIZAÇÃO DAS TEORIAS FEMINISTAS

Júlia Salles Correia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114122>

CAPÍTULO 3..... 26

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO PROBLEMA PÚBLICO: UMA ABORDAGEM PARA CONSTRUIR UM PROBLEMA, A GERAÇÃO DE UM MARCO JURÍDICO DE AÇÃO E INTERVENÇÃO COM HOMENS VIOLENTOS NO MÉXICO

Felipe Eduardo Reyes Pérez Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114123>

CAPÍTULO 4..... 42

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DA MULHER NO BRASIL E NO MUNDO

Aline Eggers

Roberto Vinícius Silva Saraiva

Evania Romanosky

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114124>

CAPÍTULO 5..... 53

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A INTERFACE COM A RELAÇÃO DE GÊNERO E A GERAÇÃO

Sandra Natalie Silva

João Diógenes Ferreira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114125>

CAPÍTULO 6..... 64

‘REPRESENTAÇÕES NEGRAS IMPORTAM’: BONECAS DE MODA E AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS

Janaíne dos Santos Rolim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114126>

CAPÍTULO 7..... 78

MARTÍRIO, CASTIDADE E FEMINICÍDIO NO CEARÁ: O CASO DE BENIGNA CARDOSO

Jéssica Correia Duarte Nuvens

Joaquim dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114127>

CAPÍTULO 8..... 90

“VOCÊ TEM O DIREITO DE PERMANECER CALADO (A)”: A (IN)VISIBILIDADE DE GÊNERO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

Amanda Monteiro Melo
Micheline Marques Alves
Fernanda Braga Peixoto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114128>

CAPÍTULO 9..... 103

ESCRITOS AUTOBIÁGRICOS SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DE UM PROFESSOR AFRODESCENDENTE

Cláudio José Araújo Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7242114129>

CAPÍTULO 10..... 116

O QUE É SER HOMEM? UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES

Diary Igor Panta Marques
Marcus Cezar de Borba Belmino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141210>

CAPÍTULO 11..... 132

CUANDO EL EMBARAZO OCURRE EN LA ADOLESCENCIA – UNA VISIÓN DESDE LOS ADOLESCENTES VARONES

Ana Laura Cafaro Mango

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141211>

CAPÍTULO 12..... 143

SEXUALIDADE NA PRÉ-ADOLESCÊNCIA

Nolasco Marcela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141212>

CAPÍTULO 13..... 154

O LUGAR DO TRANSGÊNERO NO OCTÓGONO: GAME FACE

Aline Aparecida de Souza Ribeiro
Natália Rodrigues Reis
Priscila Gonçalves Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141213>

CAPÍTULO 14..... 164

IGUALDADE DE GÊNERO NA PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE SANTARÉM: A ÓTICA DAS ADMISSÕES

Lorena de Sousa Marques
Tarcísio da Costa Lobato

Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos
Andréa Simone Rente Leão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72421141214>

SOBRE OS ORGANIZADORES	177
ÍNDICE REMISSIVO.....	179

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO PROBLEMA PÚBLICO: UMA ABORDAGEM PARA CONSTRUIR UM PROBLEMA, A GERAÇÃO DE UM MARCO JURÍDICO DE AÇÃO E INTERVENÇÃO COM HOMENS VIOLENTOS NO MÉXICO

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 07/10/2021

Felipe Eduardo Reyes Pérez Silva

Chicago- USA

RESUMO: Este trabalho busca resgatar a construção histórica de uma nova esfera de intervenção governamental em torno da violência doméstica e suas contrapartidas individuais: A mulher violada e o homem abusivo. Nesse contexto, os homens abusivos tornam-se novos sujeitos da intervenção sócio-psico-estatal onde os discursos de segurança, direitos humanos e psicologia convergem e levam a modelos de intervenção multimodal e multidimensional para prevenir e erradicar a violência masculina no México. Para Luis Bonino (2002), homens que se tornam intimidações, estupradores e cometeram uma série de abusos que têm sido constantemente expostos em estudos sobre homens e masculinidade. Bonino aponta que há um problema de saúde pública, e é necessário identificar as “patologias de masculinidade” como uma maneira de desintegrar o sentido hegemônico da sociologia, e, assim, estudar as situações que causam a violência de gênero e como nele e abuso de poder são parte da identidade masculina. Este processo de produção complexa e múltipla dos “novos homens” aparece na década de noventa, principalmente no mundo anglo e estende a sua influência gradualmente até atingir o México em um cocontexto de mudança

do modelo socioeconômico no México como parte do processo de neoliberalização do país e de descentralização dos serviços “corretivos” do Estado. Aqui, a busca de reconfigurar as práticas de masculinidade, coalha na construção de dispositivos de reeducação gênero e masculinidades, propostas pelas ONG como processos de intervenção social. ONGs que promovem este trabalho, juntamente com outras instituições sociais, especialmente as instituições de saúde pública e segurança, tornaram-se tão central na produção de “novas” identidades masculinas e que eles consideram um mínimo “, homens diferentes” livre da violência como exercício próprio da performatividade de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidade, violência masculina, violência masculina no México, grupos de intervenção para agressores masculinos, intervenção psicológica com agressores masculinos.

VIOLENCE AGAINST WOMEN AS A PUBLIC PROBLEM: AN APPROACH TO BUILDING A PROBLEM, THE GENERATION OF A LEGAL FRAMEWORK FOR ACTION AND INTERVENTION WITH VIOLENT MEN IN MEXICO

ABSTRACT: This work seeks to review the historical construction of a new sphere of government intervention around domestic violence and its individual counterparts: The raped woman and the abusive man. In this context, abusive men become new subjects of socio-psycho-state intervention where discourses of security, human rights and psychology converge and lead to multimodal and multidimensional intervention

models to prevent and eradicate male violence in Mexico. For Luis Bonino, Men (2002) who become bullies, rapists and committed a series of abuses that have been constantly exposed in studies of men and masculinity. Bonino points out that there is a public health problem, and it is necessary to identify the “pathologies of masculinity” as a way to disintegrate the hegemonic sense of sociology, and thus study the situations that cause gender violence and the praxis of abuse as part of male identity. This complex and multiple production process of the “new men” appears in the nineties, mainly in the Anglo world and gradually extends its influence until reaching Mexico in a context of changing the socioeconomic model in Mexico as part of the country’s neoliberalization process and the decentralization of the State’s “corrective” services. Here, the search to reconfigure the practices of masculinity contributes to the construction of devices for the re-education of gender and masculinities, proposed by NGOs as processes of social intervention. NGOs that promote this work, along with other social institutions, especially public health and safety institutions, have become so central in the production of “new” male identities that they consider at least “different men” free from violence as exercise as a characteristic of the performance of gender.

KEYWORDS: Masculinity, male violence, male violence in Mexico, intervention groups for male aggressors, psychological intervention with male aggressors.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES COMO OBJETO DE ANÁLISE: SUBORDINAÇÃO E O PROBLEMA DA MASCULINIDADE

Apesar das várias expressões de masculinidade, violência contra as mulheres tem sido um dos principais objetos de análise para os estudiosos do gênero. Seu entendimento seria que os valores patriarcais (agora em crise), eles lançaram as bases para que os homens dominar e exercer controle sobre as mulheres (Zarza e Frojan, 2005).

O exercício da violência seria uma qualidade socioculturalmente atribuída aos homens por questão de socialização em um gênero diferenciado que posiciona seus sujeitos (homens e mulheres) em posições hierarquicamente diferenciadas. Essa matriz subjetiva de gênero é utilizada de acordo com a legitimação do poder que detêm no contexto das relações de gênero (Bourdieu, 2000), a partir da posição hegemônica que ocupam sobre as mulheres e “outras masculinidades” (efeminados, gays, de gênero e dissidentes sexuais, etc.) considerados subordinados. Assim, o fenômeno da violência contra a mulher, tal como o entendemos, estaria principalmente ligado à transformação sofrida pela instituição familiar e pela masculinidade hegemônica gerada pelas desigualdades e desigualdades sociais e de classe e pelas transformações ocorridas nas sociedades ocidentais do século XX. (Ferrer e Bosch, 2005).

Amuchástegui (2007) argumenta que quer estudos de gênero, movimentos sociais e desenvolvimento científico nas últimas décadas, foi instalado no debate a um “tema adequado para a intervenção social: o homem violento, backlit delineado seu complemento, mulheres espancadas” (p. 55). Ao mesmo tempo, tornou-se visível a necessidade de ferramentas analíticas para explicar o comportamento observado, bem como dispositivos que geram

as estratégias de prevenção e estimulando a modificação destes tipos de relações entre homens e mulheres, longe dos “mecanismos tradicionais” de correção (prisão, asilo, etc.) que não tiveram - nem têm - resultados positivos na erradicação e prevenção da violência contra as mulheres. Desde essa demanda, eles têm sido implementadas, por associações e instituições públicas e privadas, principalmente, diferentes medidas e estratégias de intervenção e prevenção deste tipo de violência. Uma dessas estratégias é a intervenção direta com os infratores, o objetivo final seria a proteção da vítima, promovendo uma mudança no comportamento e nas atitudes do agressor, de modo que a probabilidade de reincidência é reduzida.

DESCONSTRUINDO O ASSUNTO: ESTUDOS DE HOMENS E MASCULINIDADE

Na década de 80 começa nas ciências sociais, de forma sistemática e cumulativamente, a investigação sobre os homens. Estes tornam-se objecto de estudo. Seus corpos, subjetividades, comportamentos e que os chamados “masculino” está sujeito a escrutínio científico. Ela começa a “desconstruir” a masculinidade, a “desnaturar” sua suposta matriz natural e imóvel¹.

Ana Amuchástegui, os estudos sobre masculinidades de 5 fenômenos surgem principalmente: a reflexão de alguns homens sobre a sua participação na violência de gênero resultante da transformação do Anglo-Saxon movimento feminista, principalmente; emprego flexível, a fim destruição salarial ea emergência e ativação do movimento homossexual e “estudos gays” (Amuchastegui, 2001, p. 100). De especialmente na segunda metade dos anos 90 os tipos de questões e interesses em torno de estudos de masculinidades abertas. A partir deste momento, eles foram organizados em vários países da América Latina uma série de conferências, simpósios e eventos que reunir acadêmicos e representantes de organizações civis para refletir sobre a condição genérica de homens em relação aos problemas sociais específicos². A compreensão do referencial do machismo como fenômeno sociocultural ancorado nas diretrizes de gênero faz com que o homem passe a ser objeto de estudo durante a década de 90. Esse interesse também é gerado., devido à intensa perda de poder econômico, a transformação do trabalho, mudanças profundas na família nuclear patriarcal Além da luta das mulheres e sua incorporação em novas modalidades de trabalho (Olavarria, 2003); todos os fenômenos que têm afetado subjetividades, quebrando suas bases de identidade masculinidade hegemônica e os

1 De acordo com a Norma Fuller (1995) esses estudos concentraram-se sobre o fenômeno do machismo como atuação característica e específica da socialização no gênero masculino Nessa perspectiva, o machismo é entendido como a obsessão de homens para dominar e virilidade, a possessividade da própria mulher, agressão e competição com outros homens e as suas consequências negativas para relações pai-filho.

2 Por exemplo, foi realizada em Oaxaca, em 1998, o Simpósio Latino-Americano "O envolvimento masculino na saúde sexual e reprodutiva: Novos Paradigmas", que contou entre os seus participantes, a prestadores de serviços de saúde, funcionários governamentais, representantes de movimentos e grupos de homens e mulheres e ONGs e agências de ajuda na região

exercícios de violência associados à sua performatividade.

Ambos Roberto Garda (2008) e Ana Amuchástegui (2000), trabalhando com homens e estudos sobre masculinidades no México, surgem num contexto de procura por parte dos grupos de mulheres e grupos feministas para formar uma frente comum incluir os homens nas tentativas de erradicar a violência doméstica e tomar medidas para obter o reconhecimento dos direitos sexuais das mulheres. Neste contexto, os grupos de reflexão para homens que cometem violência, como parte de uma série sistemática de ações para atingir as metas que surgiram na interação destes grupos e as demandas específicas de grupos de mulheres emergem.

Do ponto de vista de Antonio Ramirez (fundador da CORIAC e Corazonar) a necessidade de intervir com os infratores decorre da identificação por grupos feministas e academia que as intervenções para capacitar as mulheres foram resultando em um aumento na a violência que os homens exercida contra eles em casa, de modo a perspectiva de intervenção deu uma guinada para se concentrar em um novo objecto de intervenção: o homem agressor. Em uma entrevista realizada para este trabalho, Antonio Ramirez diz:

“Especialmente nos Estados Unidos começaram a perceber que esses processos de empoderamento das mulheres trouxe como consequência um aumento da violência que os casais exercida sobre eles, e que também estava acontecendo no México. Por isso, assumiu a tarefa de mudar a perspectiva e começar a intervir com os homens e com nós mesmos”

É possível distinguir várias linhas de pesquisa e discussões que foram em torno estudos masculinidades e trabalhar com homens. Seguindo as linhas de reflexão levantada por Jose Olavarria em relação aos estudos de masculinidades no México, a linha reflete sobre identidades masculinos tomou especial interesse no contexto mexicano são os estudos que ligam a instituição da “masculinidade” homens tradicionais com o exercício da violência de gênero e violência doméstica (Garda, 2008), que propôs como uma das suas principais linhas de acção que trabalham com homens de uma perspectiva de gênero na agrupar dispositivos para gerar estratégias de prevenção e erradicação da violência doméstica.

Muitos dos argumentos que apoiam a intervenção proposta que solicita essas mudanças em homens, eles são baseados em diferentes estudos masculinidades que mostram como homens perigosos e problemáticos, principalmente dentro da família a partir da concepção de socialização de gênero, da aliança masculina e sua atuação como matéria desconstrutível e transformável, não como fenômeno natural dado. Esses estudos mostram homens e alguns comportamentos masculinos como uma ameaça ou um perigo para a sociedade. Badinter diz:

“Virility não for concedida, é construído, podemos dizer que é fabricado: Então, o homem é um artefato e, como tal, tem o risco de ser defeituoso” (1993, p 18-19).

Em grande parte, os estudos sobre masculinidades, sugerem que este caráter falho

que fala Badinter está associada com a identificação de alguns atributos que compõem ou são chamados de “masculinidade tradicional” (De Keijzer, 1997), um termo frequentemente usado no singular, para referem-se a alguns atributos e comportamentos de homens que parecem ser quase universal. Fala-se de masculinidade tradicional para descrever os ideais hegemônicos que valorizam a ser forte, dominador, impetuoso, áspero, violento, autoritário, viril, ativo e necessariamente heterossexual (Connell, 2003).

Para Ana Amuchástegui, masculinidade hegemônica compreende...

“Uma série de discursos e práticas que se destinam a definir o termo masculina de gênero dentro particulares configurações históricas, diferenciando-o de suas próprias experiências de homens, que não se limitam a passar por tal construção e manifestando inúmeras formas de resistência” (2006, pp. 175).³

Os atributos e comportamentos masculinos mais valorizados e reconhecidos estão associados a vários problemas: família, trabalho, social e de saúde (violência, femicídio, comportamentos de risco, acidentes, ataca o próprio corpo, comportamentos de dependência, fatherhoods periféricos, insegurança emocional, dificuldades para a coexistência, limitações de expressão emocional, suicídio). Todos eles relacionados diretamente com um risco potencial de exercer violência doméstica com base nos princípios de gênero; problemas que são colocados como um eixo central do desenvolvimento do estudo das masculinidades no México.

O comportamento violento dos homens, a partir dos estudos da (s) masculinidade (s), é visto como uma manobra com que não só os homens que desejam instalar uma posição favorável do poder, mas também reafirmar a sua identidade masculina, sentado na crença patriarcal de superioridade. Manter as mulheres sob controle também permite que você controle as emoções que isso fará com que: o medo, a dependência, a inveja, etc. (Bonino, 1990). Essa perspectiva que coloca um olhar de referência nos “atributos de risco” da masculinidade hegemônica como o modelo primário do qual derivam a maioria das masculinidades e, portanto, os homens, vai supor a base teórica de gênero a partir da qual os modelos de intervenção com agressores masculinos.

Junto com as críticas ao patriarcado e ao binarismo de gênero por movimentos feministas dentro e fora da academia, um processo criticado por movimentos de heterossexualidade gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros começa a se organizar como um regime normativo da sexualidade e da própria sociedade. Estos reclamos sociales involucran ciertos movimientos organizados que comienzan a conformar los primeros grupos de hombres y grupos, es decir, hombres que se agrupan y posicionan políticamente desde una perspectiva de género, ante los agravios y demandas de los grupos de mujeres especialmente en los países anglosajones y na Europa. Esse processo de transformação

3 A adoção do conceito de masculinidade hegemônica parece pressupor uma tentativa de definir unívoco e generalizante, em contraposição ao fato de os mesmos autores reconhecerem e proclamarem a existência de masculinidade definida por linhas de classe, o contexto, por exemplo, rural ou urbano, gay, transexual, entre outras categorias dos processos específicos de subjetivação.

de uma série de intervenções com homens eclodiu dentro desses grupos organizados com homens em outras áreas da vida social.

A perspectiva de violência na intervenção permite a entrada diferenciada de dois politicamente e estrategicamente localizados assuntos, o agressor e a vítima, os indivíduos que atuam no domínio público e como sujeitos, tornam-se sujeitos à intervenção do Estado, dando-lhe um especial peso para determinar sanções penais imputadas a este agressor sujeito devedor.

Para Tamar Pitch:

“A divisão entre agressores e vítimas em potencial (todos nós) serve tanto para separar o bom do ruim (e, portanto, a construção de novas classes perigosas, composto por aqueles que não podem arriscar no mercado de trabalho, porque eles não podem pagar qualquer efeitos negativos) e obter a aprovação da classe média, empobrecida pela economia e transformaram crise insegura e não por crime, por mudanças no mercado de trabalho, cada vez mais precárias e menos disponíveis, ea grandes cortes para o bem-estar, em homenagem aos neoliberais “. (2010, pp. 112)

ENCONTRANDO ROTAS: VÍTIMAS, AGRESSORES, VIOLÊNCIA E MECANISMOS DE INTERVENÇÃO

Neste contexto, podemos chamar a partir da inclinação como uma “sociedade das vítimas,” estamos diante de um modelo de crescimento da cena social sob a cena penal e uma forte razão “moralizante”: a neutralização do mal é solicitado em nome da boa, mas não só para protegê-los de más ações, mas também para compensar o sofrimento experimentado por aqueles que já foram atingidos por essas ações.

Dentre essa série de intervenções com homens nesse tecido político em processo de debate e desafio, podemos encontrar grupos de intervenção com homens que usam violência no âmbito doméstico e familiar. Para Gondolf (2002), esses grupos surgem em países anglófonos e francófonos com uma série de metodologias heterogêneas, mas com um objetivo final: a erradicação da violência contra os homens a partir de uma crítica direta à identidade sexo-gênero. Como vimos, essa resposta faz parte de uma série de esforços organizados e desorganizados para encontrar alternativas dentro da comunidade e não nas prisões para um problema crescente que ataca diretamente a segurança e o desenvolvimento das mulheres em seu círculo mais íntimo: o lar. Nesta tarefa, os grupos feministas mexicanos e latino-americanos tomaram uma série de discussões e análises sobre a violência contra as mulheres que estavam fazendo ou tinha feito nos países industrializados, especialmente retomando a perspectiva de prevenção e promoção dos direitos das mulheres e cidadanização feminina, ambas as perspectivas são fundamentais para o desenvolvimento deste campo de intervenção.

Esta abordagem complexa da violência contra as mulheres também foi adicionada

ao conhecimento da psicologia e das ciências “psis” que fornecem uma alternativa às respostas criminais e que servem como uma ponte que possibilita a participação de saberes e ações acadêmicas, a aplicação de avanços de pesquisa nas ciências humanas e do cuidado (ocupadas principalmente por mulheres) e de grupos ativistas principalmente de classe média.

Do ponto de vista psicodinâmico podemos entender a agressão como uma dinâmica que está em conflito com a realidade externa e, portanto, a necessidade de uma série de “ajustes” com base em facilitar o processo de sublimação ocorre, um processo pelo qual o sujeito aprende a reprimir e redirecionar tendências agressivas em comportamentos socialmente adequados mais (Garda, 2008). Neste contexto, podemos compreender a agressão como um mecanismo de catarse que permite a liberação de impulsos destrutivos.

Enquanto isso, as teorias comportamentais de intervenção psicológica entenderam a agressividade e os comportamentos agressivos como comportamentos aprendidos e replicados em algum momento da vida, diante de um problema específico em que os modelos cognitivos e relacionais aprendidos são replicados. Nesse caso, a modelagem que se repete e contra a qual tentam operar os grupos de reflexão de homens geradores de violência é a modelagem relacional derivada do processo de subjetividade masculina que utiliza, prioritariamente, a violência como meio de resolução de conflitos e imposição de uma posição específica de poder. As intervenções comportamentais neste contexto focam principalmente em desaprender o comportamento agressivo e aprender o comportamento não agressivo por meio de uma série de estratégias específicas modificar o comportamento, pensamentos e interpretação de si mesmo. Assim, na perspectiva da aprendizagem social, propõe-se que o desenvolvimento da agressão seja realizado por meio da observação, identificação e modificação do comportamento violento dos outros e das consequências que se seguem e, portanto, é um fenômeno aprendido.

Esta perspectiva não só oferece uma opção de intervenção alternativa à intervenção criminal, mas também abre as portas de uma intervenção localizada no âmbito da comunidade com a participação ativa de diferentes atores e atrizes (como a academia, ativistas, grupos e coletivos) que não puderam ter uma atuação direta na luta pela prevenção e erradicação da violência contra a mulher e, sobretudo, na intervenção direta com os agressores.

Assim, a psicologia passa a ser uma dobradiça que permite aos interesses públicos de segurança, democracia e Estado interagirem com os interesses de grupos da sociedade civil, academia, ativistas, entre outros, para gerar uma ação de reeducação e requalificação de gênero para os homens. Tomando como medida de mudança a erradicação de discursos e práticas violentas neles.

Nesse ponto, é importante localizar historicamente aquelas mudanças legislativas que modificaram a perspectiva pública sobre o fenômeno da violência e que abriram as portas para essa nova perspectiva de intervenção.

Desde o final da década de 1990 e início do século XXI, uma ampla série de estudos

quantitativos apareceu dedicada a estudar estatisticamente o fenômeno complexo da violência doméstica e violência contra as mulheres no México.

Na perspectiva de Roberto Castro, essas investigações foram concebidas a partir de uma perspectiva de gênero, uma vez que “pressupõe-se que essa abordagem forneça chaves fundamentais para identificar com mais clareza as origens sociais da violência contra a mulher” (2012, p. 17). Embora esses estudos gerem problemas metodológicos que levam à exposição de diferentes fenômenos em torno da violência, avanços significativos têm sido feitos. Por exemplo, ela começou a perceber que a violência contra a mulher não é um problema individual, mas um problema social que deve ser enfrentado por meio de políticas e programas de Estado; e que a partir dos diferentes níveis de governo é imprescindível a implementação de programas e políticas de prevenção e erradicação da violência, a partir dos conhecimentos obtidos com a produção desses estudos em andamento. Essa perspectiva de “externalização” da violência representa uma reviravolta em termos de seu reconhecimento, mas apresenta um problema fundamental: como intervir na violência contra as mulheres “de fora”?

No plano legislativo, a publicação da Lei de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência no Distrito Federal, em 2007, e em outros estados da república em anos posteriores, aumenta a necessidade de o Estado para participar do treinamento do pessoal dos organismos públicos sobre os direitos humanos das mulheres, bem como a realização de projectos de investigação na área da saúde pública, bem como a criação de programas de intervenção com agressores do sexo masculino, para garantir a segurança ou as mulheres em causa e como um dispositivo para prevenir a violência masculina. É nestes pontos, bem como no desenvolvimento e na elaboração da Lei de Acesso, onde a participação das ONG é fundamental para a concretização dos objectivos estabelecidos na lei.

Neste contexto, podemos ver o papel das ONG que trabalham a partir de uma perspectiva de gênero na construção de novas chamadas masculinidades, não só no campo da identidade, mas também para a erradicação e prevenção da violência contra mulheres na família, no trabalho e ambiente social através da investigação e implementação de programas de intervenção voltado especificamente para a erradicação e prevenção da violência contra as mulheres, com foco na intervenção com os “geradores” de violência do qual falamos anteriormente.

Essa demanda de trabalho não contempla apenas uma intervenção “externa” (pesquisa, divulgação, educação, etc.), mas também supõe um trabalho que ancore a “externalidade” das demandas de gênero nas práticas específicas de seus sujeitos para intervir de forma democrática e perspectiva de gênero. Dessa forma, é possível integrar as duas perspectivas em um único domínio de cuidado e intervenção.

CONHECE E FAZ: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROBLEMA

ONGs que incorporam a perspectiva de gênero em seu trabalho com os homens, ao tentar reinventar e romper as certezas da masculinidade hegemônica, buscam participar da construção de novas formas de pensar e acolher a masculinidade, pluralizando o conceito, gerando práticas “alternativas” de vínculo de gênero e intergenérico, produzindo representações masculinas dissidentes com performatividades democráticas, sob o véu do desenvolvimento de pedagogias de gênero (Lopes, 2008) democratizando para homens voluntários ou involuntariamente interessados que participam direta ou indiretamente desses projetos. No caso mexicano, ONGs dedicadas ao trabalho com homens têm historicamente liderado o caminho na intervenção com “geradores” de violência. A partir dessa experiência e buscando aproveitar os recursos econômicos, políticos e sociais derivados do novo posicionamento da violência contra a mulher como problema público, essas organizações se tornaram a base teórico-conceitual da “nova” intervenção do Estado mexicano contra a violência contra mulheres, mulheres que supunham a formação de uma nova instituição de intervenção psicossociodemocrática.

Essa instituição era o Instituto Nacional da Mulher, que está representado nas Unidades de Atenção e Prevenção à Violência Familiar (UAPVIF) e que estende sua intervenção a órgãos de poder e outros órgãos públicos, educacionais e ONGs. O INMUJERES tem duas bases: Lei de acesso para mulheres e essas experiências de intervenção com homens que geram violência. Duas ONGs têm sido particularmente ativas neste processo: CORIAC e Men for Equity, ambas com sede na Cidade do México.

Os programas de intervenção com agressores domésticos foram gerados principalmente na década de 90 nos Estados Unidos, embora alguns deles atendem a homens e mulheres homossexuais, a grande maioria é dedicada a servir geradores homens de violência doméstica (Adams, 2003). A demanda gerada pelo primeiro programa de atenção aos homens nos Estados Unidos (Emerge em 1977), veio de um grupo de aliados mulheres do movimento feminista americano que atendia às mulheres vítimas de violência doméstica, onde não só a violência foi denunciada, mas também alegou que as formas de intervenção com a agressão / violência necessária para ser reconfigurado para explicar a violência específica: a violência contra as mulheres. É importante mencionar que muitas dessas «novas» demandas por justiça foram construídas com o espírito do feminismo da época e com a busca de novas formas de fazer justiça no âmbito comunitário e com o interesse de abolir o complexo penitenciário, que abriu as portas para uma nova forma de intervenção em torno desta e de outras formas de violência.

Esses dispositivos de intervenção precoce tiveram um segundo boom a partir de meados da década de 1980, quando na maioria dos estados da União Americana algumas leis sobre violência doméstica foram reformadas, resultado de um aumento acentuado no número de denúncias de abuso na esfera doméstica no norte do país. Diante dessa

demanda, foram gerados protocolos de intervenção policial e investigação, que visavam simplificar o processo de comunicação e sensibilizar os órgãos de segurança para o enfrentamento desse problema específico (Adams, 2003). Esse aumento da prisão de perpetradores de violência, como parte da formulação e reformulação de leis relacionadas à violência doméstica, tem levado a uma demanda tanto de grupos feministas quanto de juízes e da sociedade civil para gerar mais modelos de intervenção e dar mais espaço para isso. necessidade específica de cuidados; Assim, foi gerada uma série de leis e emendas às leis existentes, onde os homens que apresentam esses dispositivos de intervenção são apresentados como uma opção de condenação não criminal e “reeducação” para os geradores de violência nos tribunais norte-americanos.

“Em muitos casos, novos programas foram oferecidos por agências comunitários de saúde mental, serviços de família ou centros de abuso de substâncias, que tinha pouca experiência na prestação de serviços para os geradores de violência. Como resultado, as abordagens e serviços oferecidos foram moldados a partir dos serviços oferecidos por essas agências a outras populações como doentes mentais, casais com problemas de comunicação, dependentes de substâncias tóxicas, geralmente sem o cuidado adequado às necessidades especiais que precisam geradores homens de violência” (Adams, 2003, pp. 2).

Este processo de reconfiguração dos dispositivos de resposta à violência doméstica foi criado no início dos anos 1980, com o modelo Duluth em Minnesota. Refiro-me a este modelo como uma das principais inspirações para a gestão dos modelos de intervenção no México, especificamente o modelo CORIAC, pioneiro na produção de modelos de intervenção psicoeducacional para enfrentar a violência doméstica em nosso país. Essa primeira modelagem funcionou como base para uma série de modelos posteriores que foram replicados e reformados para atender à população específica nos modelos mexicanos. Ambos os modelos são pilares fundamentais de intervenção como gestores da violência no México e também recursos centrais para a prevenção e erradicação da violência doméstica em nosso país. O modelo Duluth foi criado em 1981 como um modelo de intervenção para homens sob uma ordem judicial de ação de violência doméstica explícita. Portanto, o principal objetivo era proteger a mulher contra a recorrência da violência do parceiro.

Desse modo, dá-se uma virada do parafuso, a partir da qual a segurança da mulher passa a ser responsável pela comunidade, confiando que o desmantelamento das demandas de gênero vinculadas ao exercício da violência poderia acabar com práticas tão desnecessárias a sanções penais. Este modelo foi desenvolvido por “um pequeno grupo de ativistas dentro do movimento de cuidados para mulheres vítimas de violência doméstica” (Pence e Paymar, 1993, pp. 13) e projetado para ser trabalhado pelos grupos para-profissional mandatados por uma ordem judicial, assim a operação e cuidados de violência doméstica por parte do estado foi descentralizado, e passou de ser tratado como um problema de atenção do governo por meio de penal para ser servido através de uma

série de dispositivos de psicologia educacionais geridos e implementados por membros da própria comunidade, com ou sem formação adequada para prestar assistência a um convicções problema específico ou com experiência como participantes ativos dessas estratégias.

Dentro dos princípios básicos do programa significa que a violência doméstica masculina como uma maneira de gerar energia e controle de homens e mulheres porque os homens são socializados para ser dominante e as mulheres a ser subordinado (Garda, 2008), desta forma, o principal objetivo do programa é desconstruir o privilégio masculino e re-educar os participantes do programa no sentido de uma desconstrução de práticas violentas e construção de práticas democráticas subsequentes e, portanto, livres do exercício da violência como ato de dominação e controle baseado na socialização diferenciada por gênero.. Como esta intervenção cortar mais pedagógica do que psicológica, para Dutton e Corvo (2006), esta pode ser visto como uma formação política mapeamento modelo como a própria um programa de intervenção violência.

Essa perspectiva de intervenção e mandato para a participação dos homens nos processos psicoeducacionais é importada para o México como parte dos esforços do país para apresentar o país ao sistema neoliberal e à “democratização” de uma sociedade “atormentada pela violência”.

PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO COM HOMENS NO MÉXICO, PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

No México, as intervenções em grupo com homens surgir a partir de um esforço tanto ONGs e aplicação publicado como parte dessas estratégias para resolver um problema público-específico do Estado mexicano reconhecida e promovida por organizações internacionais que zelam e promovem os direitos humanos e a lei., o que representa participação da sociedade na análise, diagnóstico e tratamento violência contra as mulheres como uma questão pública, ea aplicação de uma estratégia psicológica, educacional e formação em intervenções com os homens.

Como mencionado anteriormente, a construção desse problema público passa pelo entrelaçamento de uma série de instituições e saberes que se solidificam em um dispositivo específico de intervenção complexo, com objetivos claros e vinculados ao problema básico. Um evento de grande importância no plano político que nos permite entrelaçar as dimensões de compreensão e intervenção em torno da violência doméstica e contra a mulher, com foco no atendimento psicoeducacional com homens, aconteceu em 1989.

Este ano, o Procurador-Geral da Capital, Ignacio Morales Lechuga, propôs a “trazer a sociedade advogado e do cidadão” (Morales Lechuga, 1996, p. 15). Para este efeito, a perspectiva da vitimologia, um fluxo de criminologia que em vez de se concentrar exclusivamente no exercício criminoso da punição do perpetrador por meio da lei, sublinha

os interesses das vítimas de crime e busca reparar o dano foi adotada. Consequentemente, nos manuais de cuidados publicada por estes centros, as mulheres aparecem apenas como “vítimas”, sem que seja mencionado de gênero como determinante da violência que viveu (Lima Malvido, 1997), assim, estabeleceu-se como um primeiro relator gênero a mulher apenas como um assunto legal.

A principal proposta de Carlos Salinas e Gortari desde sua campanha eleitoral foi modernizar o país em matéria econômica e dar um “passo histórico” no sentido de modelar uma sociedade mais democrática e ajustada aos interesses internacionais acordados para a entrada do novo milênio. Uma vez no poder político, o governo Salinas de Gortari passou a oferecer novas oportunidades para a participação social através de alguns mecanismos de participação cidadã e alianças forjadas com grupos da sociedade civil organizada, enquanto o aumento do poder executivo. No âmbito deste projecto salinista, que continuou com Zedillo (1994-2000), que foi substituído exaltou a retórica oficial do resultado identidade nacional da revolução e da fundação do PRI como um objeto central do discurso político oficial, uma identidade que deve ser mantido para a estabilidade nacional, um novo paradigma de “modernização” ea entrada gloriosa do país para o “primeiro mundo”.

Neste contexto, uma renovação das formas de interação política, a participação das mulheres como cidadãos sob a lei, tornou-se pensável pela primeira vez na história do país (Tarres, 1996) é inscrito. Assim, estas alterações, dadas as condições de possibilidade para as primeiras mudanças foram geradas nas políticas voltadas para as mulheres no México. (2003)”

Para Lang (2003), estas primeiras reformas legais destinadas às mulheres, são as políticas de segurança pública e estabilidade social que requerem investimentos econômicos específicos no âmbito do salinista "modernização". González Placencia, diagnosticou a prevenção do crime discurso no contexto do combate ao crime organizado e ao aumento contínuo da criminalidade nas cidades (como proposto por Morales Lechuga na época), geralmente acompanha "a liberalização do mercado em todos os países do Ocidente, como mais controle estatal é uma vantagem na competição para "o investimento estrangeiro" (Gonzalez Placencia, 2000, pp. 89). Em 1989, Morales Lechuga reconceitualizado a noção de segurança pública, que desde então tem sido paradigmática e gerou uma série constante de reformas no país. A partir de meados dos anos noventa, houve uma mudança de paradigma na abordagem para compreender e conceituar a violência da violência que surgiu da crise política e econômica daqueles anos. Essa perspectiva teve uma narrativa mais democrática (e democratizante) do que a narrativa oficial anterior com foco na vitimologia e segurança no nível familiar e social. Tanto em nível local na Cidade do México quanto em nível federal, alguns grupos anteriormente reconhecidos como “grupos de choque” tiveram maior participação nas decisões estaduais - como grupos feministas e de mulheres - e aos poucos foram sendo integrados à classe política no México, nos três níveis de governo.

Ao contrário da abordagem criminológica à administração PRI de Carlos Salinas de Gortari, a nova administração do DF liderada pelo PRD, de 1997, parte do que a violência de gênero é um problema da sociedade como um todo, e que certos “normas sociais” imprensam homens e mulheres a se comportar de acordo com as noções hegemônicas de masculinidade ou feminilidade, sob a ameaça de sanções sociais ou simbólicas. Neste momento, os governos capitalizados conhecem os discursos feministas para modernizar e adaptar-se às exigências internacionais⁴.

Nesta nova perspectiva, a violência de gênero, violência especificamente doméstica contra as mulheres não é mais primário concebido e apenas como um ataque contra as mulheres como pessoas e como sujeitos, mas como um obstáculo no caminho a via tripla: igualdade social e econômica, o cidadanização das mulheres e para a realização de uma sociedade democrática no seu conjunto.

Alguns discursos feministas assumidos pelo governo mexicano sobre a violência de gênero trazem contribuições ou debates importantes sobre a democratização, uma vez que os primeiros discursos no país argumentam que com estruturas democráticas nas famílias seria impossível construir uma verdadeira democracia da sociedade como um todo, principalmente devido à violência doméstica e identificada como um dos principais obstáculos à cidadania feminina. Neste contexto, alguns grupos de mulheres e grupos feministas promovem e facilitam o crescimento econômico das mulheres enquanto sujeitos econômicos e políticos, argumentando principalmente que as mulheres vítimas de violência são “recursos humanos em desuso” (Duarte, 1996), sendo este um problema que amplia a dimensão da o impacto da violência doméstica no setor saúde e no nível macroeconômico.

No contexto inato e inspirado em ambas as abordagens da violência contra a mulher (perspectiva criminológica e perspectiva democratizante), os programas de intervenção com homens violentos constituem um conjunto de diretrizes, propostas teóricas e metodológicas para o cuidado de homens que desejam participar de um trabalho voluntário ou por encomenda de um juiz, para conjugar a violência em um processo coletivo, sistematizado e reconhecido por lei. De acordo com os princípios da Lei Geral de Acesso da Mulher a uma Vida Livre de Violência, os programas devem ser desarrazoados para defender as diretrizes das mulheres, aumentar a segurança e promover os valores de igualdade e respeito democrático.

Além disso, esses programas devem priorizar o modo de grupo, com a abordagem de

4 La violencia familiar se tipificó como un delito en el Código Penal y como motivo de divorcio en el Código Civil Federal; esto fue aprobado el 13 de diciembre de 1997 y publicado días después en el Diario Oficial de la Federación. En el Código Civil Federal, en sus Título Sexto Del parentesco, de los alimentos y de la violencia familiar, en el Capítulo III, De la violencia familiar, hace hincapié al derecho que tienen los integrantes de la familia a que los demás miembros se les respete su integridad física y psíquica, con objeto a contribuir a su sano desarrollo para su plena incorporación y participación en el núcleo social (Artículo 323 bis); asimismo se considera la violencia familiar como el uso de la fuerza tanto física como moral [...] que atente a su integridad física, psíquica o ambas independientemente de que pueda producir o no lesiones, siempre y cuando el agresor y el agredido habiten en el mismo domicilio y exista una relación de parentesco, matrimonio o concubinato (Artículo 323 ter); incluye también la violación en el matrimonio como un asunto de orden penal (Artículo 266 del primer párrafo del Código Penal para el Distrito Federal)

reeducação, sexo e aplicado em espaços específicos, separado do atendimento às vítimas. Como o objectivo destes, servir como um componente de um sistema de intervenção para erradicar a violência contra as mulheres no seu próprio dispositivo que combina narrativas e argumentos do direito civil, direitos humanos, psicologia, economia e interesses de segurança associados.

Os programas homens cuidados devem ser com base no sexo, porque esta abordagem permite aos utilizadores analisar:

- Sua exercício discriminatório da violência contra a mulher pelo simples fato de ser.
- As relações de poder e autoridade, através do uso da violência, desencadeada para impor seu controle e dominação sobre as mulheres.
- Pensamentos, códigos culturais, atitudes, ações e omissões que, diariamente, materializar o seu exercício violento.

E saiba:

- Ferramentas de Re-educacionais necessárias para impedir e erradicar a prática da violência masculina.

Esses programas possuem uma série de variáveis que podem ser adaptadas para atender populações específicas de homens, seguindo as diretrizes da interculturalidade e da diversidade, seguindo o princípio democrático obrigatório. Nesse sentido, antes que a população se destine a servir como usuária do programa, é necessário avaliar um fator central de variabilidade entre um programa e outro. Para além destas diferenças, os programas apresentam uma matriz de conteúdos mínimos de onde emergem os fundamentos teóricos, a metodologia de intervenção, os objetivos éticos e as estratégias de intervenção.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a construção da violência contra a mulher como problema público requer em si a intervenção do Estado como principal agente no cuidado e manutenção da segurança da cidadania, neste caso, especificamente, a cidadania feminina. Em um momento histórico complexo para o México onde os conflitos internos em matéria democrática, social e de segurança se enquadram nas demandas internacionais de modernização e democratização dos Estados, construí as condições de possibilidade para uma ancoragem do conhecimento do direito, da psicologia, do feminismo e estudos de gênero na construção desse problema e seus resultados subsequentes no nível operacional e de intervenção. Esses modelos explicativos precisavam de um enredo em que um problema de intervenção (violência contra a mulher) e um sujeito de intervenção estivessem ligados: os agressores do sexo masculino.

REFERÊNCIAS

Adams, D. (2003). **Certified Batterer Intervention Programs: History, Philosophies, Techniques, Collaborations, Innovations and Challenges**. *Clinics in Family Practice*, 5(1), 1–23.

Amuchastegui, A. (2001). **La navaja de dos filos: una reflexion acerca de la investigacion y el trabajo sobre hombres y masculinidades en Mexico**. *Revista de Estudios de Genero La Ventana*, (14), 102–125.

Amuchastegui, A. (2007). **La verdad... yo no creia que era violento. Cuerpo emocional y subjetivacion en un programa reeducativo para hombres**. In *Los contornos del alma, los límites del cuerpo: género, corporalidad y subjetivacion*. Universidad Nacional Autonoma de Mexico, Programa Universitario de Estudios de Genero.

Badiniter, E. (1993). **La identidad Masculina**. Alianza Editorial.

Bonino, L. (2002). **La masculinidad hegemonica e identidad masculina**. *Dossiers Feministes*, (6), 7–36.

Bonino, L. (2000). **Varones, género y salud mental: Reconstruyendo la “normalidad masculina”**. In *Nuevas Masculinidades*. Icaria.

Bordieu, P. (2000). **La dominacion masculina**. Anagrama.

Castro, R. (2012). **Problemas conceptuales en el estudio de la violencia de genero. Controversias y debates a tener en cuenta**. In *Violencia, genero y la persistencia de la desigualdad en el Estado de Mexico* (pp. 17–38). Mnemosyne.

Connell, R. (2003). **Masculinities, change and conflict in global society**. *Journal of Men's. Studies*, 11(3), 249–275.

Corsi, J. (1995). **Violencia masculina en la Pareja**. Paidós.

De Keijzer, B. (1997). **El varon como factor de riesgo: Masculinidad, salud mental y salud reproductiva**. In *Género y salud en el Sureste de Mexico*. Ecosur y UJAD.

Dutton, D., & Corvo, K. (2006). **Transforming a flawed policy: A call to revive psychology and science in domestic violence research and practice**. *Aggression and Violent Behavior*, 11(5), 457–483.

Ferrer, V., & Bosch, E. (2005). **Introduciendo la perspectiva de genero en la invistigacion psicologica sobre violencia de genero**. *Anales de psicologia*, 21(1), 1–10.

Fuller, N. (1995). **Acerca de la polaridad marianismo machismo**. In *Lo femenino y lo masculino: Estudios sociales sobre las Identidades de Genero en America Latina*. Universidad Nacional de Bogota, Programa de Estudios de Genero, Mujer y Desarrollo.

Garda, R. (2008). **Intervencion integral con Hombres que ejercen violencia contra su pareja**. Hombres por la Equidad e Instituto de Desarrollo Social.

G.M, Z., & P.M, F. (2005). **Estudio de la violencia Domestica en una muestra de mujeres latinas residentes en Estados Unidos**. *Anales de Psicologia*, 21(1).

- Gondolf, E. (2002). *Batterer intervention systems: issues, outcomes, and recommendations*. Sage Publications.
- Gonzalez Placencia, L. (2000). **La concepcion sistematica de la seguridad publica en Mexico**. *Nueva Sociedad*, 167, 87–98.
- Lang, M. (2003a). **¿Todo el poder? Políticas públicas, violencia de género y feminismo en México**. *Iberoamericana* (2001-), 3(12), 69–90.
- Lima, M. d. I. L. (1991). *Criminalidad femenina. Teorias y reaccion social*. Porrua.
- Lopes Louro, G. (2008). **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. *Pro-Posições*, 19(2), 17–24.
- Morales Lechuga, I. (1996). **Surgimiento de las Agencias Especializadas del Ministerio Público en la atención de delitos sexuales**. *Memoria de la 2a Reunion Nacional sobre Agen Olavarría*,
- J. (2003). **Men at Home? Child Rearing and Housekeeping among Chilean Working-Class Fathers**. *Durham.cias Especializadas del Ministerio Publico en la Atencion de Delitos Sexuales*, 13–17.
- Paymar, M., & Pence, E. (1993). *Education groups for men who batter: The Duluth model*. Springer Publishing Company.
- Pitch, T. (2010). *Pervasive Prevention: A feminist reading of the rise of security society*. Routledge.
- Talpade Mohanty, C. (2008). **Bajo los ojos de occidente**. In *Estudios Postcoloniales*. Traficantes de sueños.
- Tarres, M. L. (1996). **Espacios privados para la participacion publica. Algunos rasgos de las ONG dedicadas a la mujer**. *Estudios Sociologicos*, XIV(40), 7–32.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso sexual 11, 53, 58, 59, 60, 61, 63, 117, 146

Acesso à justiça 15

Adolescência 107, 109, 125, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152

Adolescente 53, 132, 133, 134, 136, 138, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152

Afrodscendente 103, 108, 113, 114

Agressores masculinos 26, 30

Ansiedade 58, 116, 117, 125, 126, 127, 130, 131

Arima 164, 169, 170, 171, 172

B

Bonecas da moda 64

C

Castidade 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Conselhos de saúde 42, 44, 45, 50, 51

Contrato social 1, 5, 6, 7, 13, 118

Criança 50, 53, 55, 58, 59, 64, 73, 75, 82, 120, 144, 145, 151

D

Desigualdades de gênero 1, 46

Direito internacional 42, 51

E

Empoderamento feminino 64, 65

Experiências 18, 22, 23, 24, 30, 34, 51, 66, 68, 69, 70, 96, 103, 104, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 123, 129, 143, 144, 148

F

Fallon fox 154, 156, 157, 158, 159, 161, 162

Feminismos 15, 17, 18, 20, 21, 24, 25

G

Género 10, 11, 12, 13, 14, 25, 28, 29, 37, 40, 41, 46, 48, 49, 52, 95, 98, 102, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Gênero 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32,

33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 59, 60, 61, 63, 72, 75, 77, 79, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 114, 116, 117, 118, 120, 121, 128, 130, 131, 143, 146, 147, 152, 156, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Grupos de estudo 103, 104

Grupos de intervenção 26, 31

I

Igualdade de gênero 45, 48, 49, 75, 87, 98, 164, 165, 166, 169, 173, 174

Importunação sexual 15, 16, 18, 19, 20, 25

Intervenção psicológica 26, 32

L

Lugar esportivo 154, 158

Lugar social 2, 3, 154, 158

M

Masculinidade 26, 27, 28, 29, 30, 34, 38, 99, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 155, 159, 160, 161, 163

México 26, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 48, 52, 141, 142

Morte trágica 78

Mulheres 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 63, 64, 65, 70, 72, 74, 75, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 87, 88, 94, 95, 97, 99, 101, 102, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 128, 129, 131, 147, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177

P

Participação popular 42, 167

Paternidade adolescente 132, 133, 134, 136, 140

Pertencimento racial 103, 104, 105

Pessoas Transgênero 154

Planos Municipais de Educação (PME) 90

Políticas públicas 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 59, 61, 82, 113, 119, 132, 133, 138, 142, 147, 174, 175

Promoção da saúde 143, 151

R

Representações femininas 1

Representações negras 64

S

Santarém 164, 166, 169, 170, 171, 174

Santidade 78, 80, 83, 85, 86, 87

Saúde da mulher 42, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 149

Semiárido 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102

Semiótica 64, 66

Sexualidade 8, 12, 18, 30, 41, 51, 84, 85, 87, 88, 90, 95, 99, 116, 119, 120, 121, 126, 129, 130, 131, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 176, 177, 178

Sufrimento 17, 31, 79, 80, 83, 116, 117, 120, 125, 126, 127, 129

T

Teorias da justiça 1

Trabalho formal 164, 166, 169, 171, 173, 174

V

Violência doméstica 11, 16, 17, 20, 26, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 79, 88

Violência masculina 26, 33, 39

Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais e práticas educativas



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Cultura, gênero e sexualidade:

Sujeitos, processos sociais
e práticas educativas



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021